



COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº_____, DE 2019
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir os estudos do Governo do Distrito Federal sobre o processo de privatização de empresas estatais, como a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Companhia do Metropolitano do DF (Metrô-DF), Companhia Energética de Brasília (CEB) e o Banco Regional de Brasília (BRB).

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir os estudos do Governo do Distrito Federal sobre o processo de privatização de empresas estatais, como a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Companhia do Metropolitano do DF (Metrô-DF), a Companhia Energética de Brasília (CEB) e o Banco Regional de Brasília (BRB). Posteriormente, encaminharemos os respectivos convidados.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo do Distrito Federal tem defendido com frequência a privatização de empresas estatais, a exemplo da Companhia Energética de Brasília (CEB), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Companhia do Metropolitano do DF (Metrô-DF), além do Banco Regional de Brasília (BRB), sob a justificativa de que essas empresas precisariam ser “recuperadas”.

Tal versão foi duramente combatida durante comissão geral realizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 9 de maio do corrente. Na ocasião, parlamentares, representantes de trabalhadores das empresas ameaçadas e secretários do GDF debateram os possíveis riscos de privatizações das estatais. Ao fim do debate, que foi proposto pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), sugeriu-se a criação de um fórum permanente para discutir soluções que evitem as privatizações.

Indubitavelmente, nenhum processo de privatização pode desconsiderar o papel elementar desempenhado pelas empresas públicas, muito menos a importância



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

estratégica dessas instituições para a execução de políticas e serviços essenciais à população.

Ademais, as citadas empresas que estão no foco do GDF para possivelmente virem a ser privatizadas constituem patrimônio público da população do DF. Nesse sentido, toda e qualquer intenção do Executivo local de privatizá-las deve, necessariamente, passar por amplo debate com a sociedade, respeitando-se sempre os princípios que regem a Administração Pública e que são fundamentais para a moralidade administrativa, quais sejam, a transparência, a legalidade, a moralidade e a publicidade.

Face ao exposto, evidenciada está a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o tema em comento, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY PT-DF**